

O papel do Exército Brasileiro e o sistema de preparo

Uma reflexão sobre a adequação do sistema de preparo para o cumprimento de suas missões constitucionais

Leonardo de Andrade Alvesⁱ

Jales Resende Siqueiraⁱⁱ

Eduardo Moraes Fonsecaⁱⁱⁱ

Bruno Krepke Leiros Peixoto^{iv}

André Rolim Da Silva^v

Introdução

O Brasil, país ativo e autônomo, exerce exclusiva soberania sobre seu território, seu mar territorial e seu espaço aéreo, sem delegar a terceiros a responsabilidade por sua defesa e segurança.

Cabe ao Estado Brasileiro prover os meios necessários para que a sociedade alcance seus objetivos de prosperidade, assegurando condições que lhe permitam ser capaz de, livremente, afirmar seus interesses e se dedicar ao próprio desenvolvimento.

A defesa da soberania do Estado Brasileiro é um dos princípios fundamentais da Constituição Federal. O artigo 21 do texto constitucional afirma, no inciso III, que compete à União assegurar a defesa nacional.

Para tanto, o Estado Brasileiro possui alguns documentos fundamentais para direcionar as Forças Armadas e toda a sociedade em seu esforço de defesa, como a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional.

O Exército Brasileiro deve ser constituído por meios modernos e por efetivos muito bem adestrados. A Força deverá manter-se em permanente processo de transformação, buscando, desde logo, evoluir da era industrial para a era do conhecimento (BRASIL, 2012b). O Exército, para atender às demandas impostas por suas obrigações perante a sociedade, concebeu um Sistema de Preparo que visa a manter o efetivo da Força Terrestre em estado de prontidão permanente.

ⁱ Maj Art (AMAN/00, EsAO/07). Atualmente, é aluno da ECEME.

ⁱⁱ Maj Inf (AMAN/99, EsAO/07). Atualmente, é aluno da ECEME.

ⁱⁱⁱ Maj Art (AMAN/00, EsAO/07). Atualmente, é aluno da ECEME.

^{iv} Maj Inf (AMAN/00, EsAO/09). Atualmente, é aluno da ECEME.

^v Maj Cav (AMAN/02, EsAO/11). Atualmente, é aluno da ECEME.

O presente estudo proporciona a reflexão de alguns atores — Ministério da Defesa, Ministério de Relações Exteriores, Sociedade e Comunidade Acadêmica — sobre o papel do Exército Brasileiro. Ao Ministério da Defesa cabe promover a articulação com os demais órgãos do Estado e da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa e segurança nacional, com a finalidade de coordenar todas as ações do Poder Nacional. O Ministério das Relações Exteriores é o órgão político da administração direta cuja missão institucional é auxiliar o presidente da República na formulação da Política Externa Brasileira. A Política Externa, por sua vez, consiste no conjunto de medidas e ações estabelecidas pelo Governo Federal para garantir a consecução dos objetivos e interesses do Brasil no exterior, particularmente em seu entorno estratégico (BRASIL, 2008).

Além destes, a sociedade brasileira é fundamental para o alinhamento político, estratégico, operacional e tático dos objetivos nacionais que remetem à defesa do Brasil, haja vista ser inimaginável o emprego da expressão militar do Poder Nacional em dissonância com a vontade de seu povo, o que seria ilegítimo e contrário aos princípios fundamentais norteadores das Forças Armadas. Por fim, a Academia representa o interesse de estudiosos nos assuntos de defesa, que tem aumentado no Brasil, o que é comprovado pelo incremento de simpósios, pesquisas, trabalhos, cursos e disciplinas que tratam de Defesa nas instituições de ensino superior, contribuindo para maior disseminação dos assuntos desta área, o que afeta diretamente as Forças Armadas.

Neste contexto, a visão do papel do Exército Brasileiro no cumprimento de suas missões constitucionais, por parte dos supracitados atores, permite melhor reflexão a respeito do estado de preparação e prontidão da Força para atender às demandas nacionais.

O objeto deste estudo é a visão do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores, da Comunidade Acadêmica e da sociedade brasileira no que se refere ao perfil desejado para o Exército Brasileiro para o cumprimento de suas missões constitucionais. Ele tem por finalidade, ainda, apresentar reflexão sobre o perfil desejado para o Exército Brasileiro, oriundo da visão dos atores citados, destacando os aspectos vocacionais de emprego do Exército Brasileiro e a necessidade de preparação direcionada aos desafios e às ameaças dos novos cenários.

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral deste artigo, foram formulados objetivos específicos, de forma a encadear logicamente o raciocínio teórico apresentado neste estudo, que são: descrever a visão do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores, da Comunidade Acadêmica e da sociedade brasileira no que se refere ao papel do Exército Brasileiro; e identificar as possíveis ameaças e os novos desafios à preparação e à prontidão do Exército Brasileiro.

A reflexão sobre a visão destes atores a respeito do papel do Exército Brasileiro permite identificar variáveis que podem influenciar no preparo e na prontidão da Força Terrestre, haja vista que representam indicadores de eficiência e efetividade para nortear o cumprimento das missões do Exército.

Por fim, este artigo pretende, fruto da consolidação dos conhecimentos de outros

atores institucionais e não institucionais, citados anteriormente, fornecer subsídios que poderão ser aplicados no processo de customização do Sistema de Preparo do Exército Brasileiro, considerando as suas capacidades adequadas às suas vocações.

A pesquisa a ser realizada neste trabalho pode ser classificada como descritiva. Quanto à metodologia, o artigo em tela faz a opção pelo método indutivo para se chegar à análise final. Como procedimento, este trabalho realizar-se-á por meio de observação direta, e a pesquisa será bibliográfica e documental, em artigos, teses e dissertações, já publicados, visto que permitiram elaborar um plano de trabalho que contenha uma proposta de abordagem exequível da temática, valorizando os conceitos, as ideias principais e os objetivos a serem atingidos.

Desenvolvimento

A visão do Ministério da Defesa

Esta seção apresenta, de forma ampla, a visão do Ministério da Defesa sobre o papel do Exército, destacando a legislação em vigor e o que se espera do Exército para o cumprimento dos objetivos estratégicos.

O Ministério de Defesa foi criado em 1999 e é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira. Sua atribuição é promover a articulação com os demais órgãos do Estado e da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa e segurança nacional, com a finalidade de coordenar todas as ações do Poder Nacional nesse sentido.

Em um primeiro aspecto da visão do Ministério, cabe destacar a legislação vigente. Os documentos elaborados promovem sinergia nacional em torno do assunto de Defesa. As sucessivas edições da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, documentos orientadores da defesa brasileira, oriundos de amplo debate com diversos segmentos da sociedade, norteiam o planejamento setorial de alto nível, estabelecendo, entre outros, os objetivos e as diretrizes para o preparo e o emprego das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro, em sua missão de defesa da pátria e de garantia dos poderes constitucionais.

A Política Nacional de Defesa fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los. A Estratégia Nacional de Defesa, por sua vez, estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política. (BRASIL, 2012a)

Na Política Nacional de Defesa, os objetivos nacionais de Defesa definem o que se almeja do país segundo sua estatura político-estratégica, sua soberania e seus interesses nacionais. Dentre outros, cabe ressaltar alguns que são mais atinentes ao papel do Exército, que são: contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacional; manter as Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; e estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais (BRASIL, 2012a).

Considerando esta legislação, representada pela Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, documentos do mais alto nível, o Exército Brasileiro se caracteriza como um dos baluartes da defesa nacional e da projeção internacional do país.

Um segundo aspecto sobre a visão do Ministério é o destaque aos objetivos estratégicos do Exército Brasileiro, constantes na Estratégia Nacional de Defesa. Dentre outros, o Exército Brasileiro cumprirá sua destinação constitucional e desempenhará suas atribuições, na paz e na guerra, sob a orientação dos conceitos estratégicos de flexibilidade e de elasticidade; o Exército, embora seja empregado de forma progressiva nas crises e na guerra, deve ser constituído por meios modernos e por efetivos muito bem adestrados; o Exército continuará a manter reservas regionais e estratégicas, articuladas em dispositivo de expectativa; e o Exército deverá ter capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força, quer expedicionária, quer para operações de paz, ou de ajuda humanitária, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior.

Neste contexto, nota-se que o Ministério da Defesa identifica no Exército Brasileiro um ator de grande relevância para atuar tanto em território nacional quanto no exterior, a fim de garantir os interesses do Brasil e de cumprir suas missões constitucionais.

Outro aspecto da visão do Ministério da Defesa é a interoperabilidade entre as três Forças Singulares. Segundo o *Glossário das Forças Armadas*,¹ entende-se como interoperabilidade, a capacidade de forças militares

nacionais ou aliadas operarem, efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução. O desenvolvimento da interoperabilidade busca otimizar o emprego dos recursos humanos e materiais, assim como aprimorar a doutrina de emprego das Forças Armadas. A consecução de um alto grau de interoperabilidade está ligada diretamente ao maior ou menor nível de padronização de doutrina, procedimentos, documentação e de material das Forças Armadas.

Conforme o ministro de Estado da Defesa, general de exército Joaquim Silva e Luna,² a interoperabilidade é uma das linhas mestras do Ministério e deve ser buscada pelas Forças Singulares, desde as aquisições de produtos de defesa comuns às três Forças até o pleno emprego em operações conjuntas.

Diante do exposto, nota-se que o Ministério da Defesa atribui ao Exército Brasileiro responsabilidades e capacidades de que este deverá ser dotado para atender às demandas de defesa em território nacional e no exterior. A geração de capacidades é regulada por meio dos programas estratégicos e da evolução dos fatores fundamentais, que são a doutrina, a organização, o adestramento, o material, o ensino, o pessoal e a infraestrutura (BRASIL, 2014a).

Ademais, as responsabilidades e os objetivos, atribuídos pelo Ministério da Defesa, estão diretamente relacionados ao nível de preparo dos integrantes do Exército e de seu emprego, no que tange à manutenção da interoperabilidade conjunta com as outras Forças.

Desta feita, infere-se que o Ministério da Defesa potencializa as capacidades das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro, para que tenha as melhores condições de cumprir seu papel nas missões constitucionais, com destaque para a defesa do território nacional e a projeção internacional do Brasil, com equipamentos e armamentos modernos. Ademais, é imperiosa a preparação adequada e eficiente do Exército para responder às demandas do Ministério da Defesa.

A visão do Ministério de Relações Exteriores

O Ministério de Relações Exteriores é o órgão político da administração direta cuja missão institucional é assessorar o presidente da República na formulação da Política Externa Brasileira. A Política Externa, por sua vez, consiste no conjunto de medidas e ações estabelecidas pelo Governo Federal para garantir a consecução dos objetivos e interesses do Brasil no exterior, particularmente em seu entorno estratégico (BRASIL, 2008).

O Estado Brasileiro tem como atribuição prover a segurança e a defesa da sociedade. O conjunto de medidas e ações estatais, com ênfase na expressão militar, empregado para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas está relacionado à Política de Defesa, e as Forças Armadas constituem o instrumento militar-estatal disponível, prioritariamente, para a execução da Defesa Nacional.

A Política Externa e a Defesa Nacional são intimamente ligadas. Forças Armadas capazes complementam e dão sustentação a

uma política externa independente, pois ampliam sua capacidade de negociação. A política externa, por sua vez, utiliza as Forças Armadas para dissuadir eventuais agressores e cooperar com países aliados, exercendo assim, um poder persuasivo. (ALSINA JUNIOR, 2009)

Segundo Alsina Junior (2009), a política externa utiliza as Forças Armadas para dissuadir eventuais agressores e cooperar com países aliados, exercendo assim, um poder persuasivo.

A Estratégia de Dissuasão refere-se à manutenção de forças militares suficientemente poderosas e prontas para o emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar. (BRASIL, 2015b)

Neste sentido, o Exército Brasileiro, como componente terrestre e possuidor do maior efetivo e da maior quantidade de armamentos e equipamentos, apresenta-se como protagonista na defesa do território nacional e com capacidades plenas de dissuadir qualquer ameaça.

O Brasil tem laços de cooperação com países e blocos tradicionalmente aliados, que possibilitam a troca de conhecimento em diversos campos, inclusive a defesa. Ao mesmo tempo, conforme a Política Nacional de Defesa, buscam-se parcerias com nações desenvolvidas ou emergentes para ampliar esses intercâmbios. É o momento em que o Ministério da Defesa atua com o Ministério de Relações Exteriores na cooperação em defesa — sendo que este, diretamente, nas relações multilaterais —, proporcionando

às três Forças oportunidade de aperfeiçoar seus oficiais e sargentos com experiências em outros países.

Nesta questão, o Brasil possui, ainda, densa cooperação em temas de defesa com os parceiros da África Lusófona. Além dos tratados bilaterais sobre o tema, assinados com diversos países, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa realiza, regularmente, o Exercício Combinado-Conjunto Felino, cujo objetivo é incrementar a interoperabilidade das Forças Armadas de seus estados-membros e treinar o emprego em operações de apoio à paz e de ajuda humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas, gerando oportunidades para se aprimorarem as capacidades das Forças Armadas do Brasil, em especial do Exército Brasileiro, que participa com maior efetivo e quantidade de material de emprego militar.

O Exército Brasileiro participa do Exercício Felino, que é desenvolvido em duas fases, sendo a primeira, na carta, em um dos países, e a segunda fase, no terreno, em outro país. Participam do Exercício todos os países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — Brasil, Angola, Portugal, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Timor Leste e Cabo Verde.

Ainda, na Cooperação Militar na Faixa de Fronteira, o Brasil tem estabelecido, no âmbito do Ministério de Relações Exteriores, parcerias com as nações vizinhas, a fim de combater grupos ligados ao narcotráfico e prevenir os crimes transfronteiriços. A parceria entre Brasil e Paraguai, firmada em 2016, tem o objetivo de realizar um trabalho de cooperação em defesa, com o com-

partilhamento de informações de interesse comum e a execução de operações militares na fronteira, visando combater o tráfico de drogas e armas, bem como todas as atividades criminosas que geram insegurança e preocupação para ambos os países.

No cumprimento desta cooperação com o Paraguai, o Exército Brasileiro, pelo desdobramento de suas organizações militares na faixa de fronteira, com este país vizinho, participa diretamente do combate aos crimes transfronteiriços, por terra, o qual exige um preparo adequado e uma capacitação específica para as operações de faixa de fronteira.

O Ministério de Relações Exteriores tem como uma das principais atribuições a busca pela paz e segurança internacional. A participação do Exército Brasileiro em missões de paz ocorre desde a década de 1950, quando o Batalhão Suez, sob a égide da ONU, atuou como tropa integrante da Força de Emergência das Nações Unidas no Egito. Desde então, a destacada participação de tropas brasileiras em operações de paz projeta o nome do Brasil no âmbito da ONU, e a atuação na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), no período de 2004 a 2017, missão de maior importância assumida pelo país e pelo Exército Brasileiro, ratificou esta relevância do Brasil.

Além disto, a experiência de 13 anos do Haiti serviu para a obtenção de ensinamentos colhidos e lições aprendidas no intuito de gerar e aprimorar capacidades para o Exército Brasileiro, que liderou a missão e empregou cerca de 37 mil militares, preparados e adestrados, ao longo deste período, conforme abaixo:

Do ponto de vista militar, o Brasil enviou cerca de 37 mil militares para a MINUSTAH, organizados em 26 contingentes em sistema de rodízio, o que viabilizou o acúmulo de importantes experiências profissionais e pessoais, com positivos impactos para as Forças Armadas. A MINUSTAH foi fundamental para que o preparo para atuar em missões de paz pudesse ser aperfeiçoado, tornando-se referência mundial. (HAMANN E.P.; TEIXEIRA, C.A.R., 2017)

Segundo o manual de Operações, a atuação em apoio à Política Externa permite às Forças Armadas — em especial ao Exército — serem empregadas em apoio a esta política em tempo de paz ou crise com vistas a reforçar ações de caráter político, diplomático, econômico e psicossocial, o que contribui diretamente para as ações do Ministério de Relações Exteriores.

Diante do exposto, é possível constatar que o Ministério de Relações Exteriores possui atribuições voltadas à política externa que contemplam a atuação direta das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro, à medida que projeta internacionalmente o Brasil e as Forças Armadas em exercícios militares, intercâmbios e operações de paz, atuando com nações amigas de todos os continentes, exigindo uma *performance* eficiente e profissional deste componente militar.

Neste contexto, é imperioso que o Exército Brasileiro tenha o mais alto nível de preparo para participar das operações e dos exercícios intermediados por este Ministério, a fim de que represente o país nas melhores condições e projete poder diante da comunidade regional e internacional, seja por meio da qualidade do seu pessoal, seja pelo material de emprego militar utilizado.

A visão da sociedade brasileira

A compreensão do papel do Exército Brasileiro na sociedade é de grande importância para a concepção do sistema de preparo da Força Terrestre, uma vez que a sociedade brasileira é a grande cliente do trabalho desenvolvido pela Instituição. Neste contexto, as Forças Armadas, por meio do Ministério da Defesa, vêm buscando envolver a nação brasileira, de maneira intensa, nos assuntos de defesa. Assim, foi concebida a Estratégia Nacional de Defesa que revela o seguinte:

O Brasil ascenderá ao primeiro plano no cenário internacional sem buscar hegemonia. O povo brasileiro não deseja exercer domínio sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar. O crescente desenvolvimento do Brasil deve ser acompanhado pelo aumento do preparo de sua defesa contra ameaças e agressões. A sociedade brasileira vem tomando consciência da responsabilidade com a preservação da independência do país. (BRASIL, 2012b)

A Política Nacional de Defesa, por sua vez, defende a visão de que todos os segmentos da sociedade devem participar da construção dos fundamentos da política pública de defesa. Além disto, o documento alerta para ausência de percepção de ameaças, tendo em vista o longo período de paz vivido pelo Brasil no seu entorno estratégico regional, o que impacta na falta de consciência da sociedade em relação ao papel do Exército Brasileiro e as funções que deve desempenhar (BRASIL, 2012c).

Em 2014, o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) realizou uma pesquisa para compreender a percepção da

sociedade sobre as políticas públicas, entre elas, as políticas de defesa. Analisando este documento, pode-se verificar que as Forças Armadas, em particular o Exército Brasileiro, são percebidos como “resolvedores de crises”, embora seja notada uma carência de recursos para as necessidades relacionadas à Defesa Nacional, o que limita a atuação da Força Terrestre.

A pesquisa também aponta que a principal ameaça para a sociedade é o crime organizado, sendo que o combate às facções é uma das principais missões a serem cumpridas pelos militares, em especial nas operações na faixa de fronteira no combate aos crimes transfronteiriços.

Além do combate ao crime organizado, percebeu-se que a sociedade incorporou a visão de que o Exército deve prestar apoio ao desenvolvimento nacional e assistência à população. Isto se deve à participação da Força em atividades subsidiárias, como o apoio às populações ribeirinhas na Amazônia, a Operação Pipa no Nordeste, o Combate à Dengue, além da atuação dos batalhões de engenharia de construção e batalhões ferroviários na construção de pontes, estradas e aeroportos, dentre outros exemplificados abaixo:

Os “Programas Sociais da Defesa”, atividades voltadas para integração entre Forças Armadas e a sociedade civil, são, nesse sentido, uma forma efetiva de envolvimento com as demandas da sociedade. Dentre as principais iniciativas, destacamos o “Projeto Soldado Cidadão”, que qualifica social e profissionalmente os recrutas do serviço militar obrigatório, preparando-os para as demandas de trabalho; o “Programa Calha Norte”, que promove a ocupação e o desenvolvimento social da região amazô-

nica com projetos de infraestrutura (estradas, pontes, creches etc.), e projetos sociais como escolarização e mutirões médicos; e o “Programa Força no Esporte”, que promove, em parcerias com outros ministérios, a integração social pela prática esportiva com reforço escolar, orientações educacionais, serviço médico e odontológico e inserção profissional. (LIMA et al., 2017)

A pesquisa do SIPS também apontou outras ameaças consideradas relevantes, como desastres ambientais e climáticos, epidemias e guerras. Assim, nota-se que o Exército deve possuir um sistema de preparo que permita a prontidão, além de ser eficaz e suficientemente flexível para fazer frente desde a guerra até o mais variado espectro das demandas sociais.

As Forças Armadas Brasileiras foram apontadas pela Fundação Getúlio Vargas, em 2017, como a instituição mais confiável do país, constatação que vem se repetindo ano após ano, o que permite inferir que os militares vêm atendendo aos anseios da sociedade.

Outra constatação significativa foi que a sociedade demonstrou, durante a pesquisa do SIPS, um padrão consistente de apontamentos, que denota a existência de percepções consolidadas sobre as dimensões da Defesa Nacional e o desempenho que esperam das Forças Armadas e do Exército.

Do exposto, percebe-se uma evolução na disseminação da cultura de defesa e o êxito do lançamento da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa, que alcançaram parte de seus objetivos, ao aproximar a sociedade nacional dos assuntos de defesa, o que impacta positivamente na visão sobre a Força Terrestre.

Ademais, o constante emprego das tropas do Exército, que lhe confere um papel protagonista nos problemas internos do país — em ações internas em território nacional, tais como operações de garantia da lei e da ordem e de garantia da votação e apuração, apoio aos grandes eventos, apoio às calamidades públicas e ao desenvolvimento nacional, dentre outras — tem aproximado a Sociedade dos estudos de Defesa, especialmente do Exército, e tem desenvolvido o pensamento crítico da Sociedade acerca do emprego das Forças Armadas, conforme ratificado abaixo:

Em contraponto, as Forças Armadas (FA) continuaram mantendo altos índices de aceitação e respeitabilidade, no âmbito do grande público. Esse fenômeno ocorreu, principalmente, em consequência da visibilidade das ações subsidiárias, sociais e policiais e não, necessariamente, em decorrência das missões tradicionais de defesa externa: missões que justificam a manutenção do aparato bélico, do permanente planejamento e preparo e da própria essência militar. (PEREZ, 2018)

Desta feita, é importante destacar que o Exército Brasileiro precisa estar preparado para atender aos anseios da sociedade brasileira, sempre em consonância com as suas missões constitucionais, quer seja em operações de garantia da lei e da ordem, quer seja em ações subsidiárias ou de cooperação ao desenvolvimento nacional.

A visão da Comunidade Acadêmica

Segundo Villa (apud BELESSA, 2016), o interesse acadêmico no Brasil é cada vez maior quando se trata de assuntos de defesa.

Em uma sociedade democrática, a Academia desempenha importante papel junto às instituições do Estado, produzindo conhecimento e análise crítica sobre questões de interesse da sociedade. Graças ao esforço empreendido por entidades como a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) e a iniciativas como o Pró-Defesa, de estímulo a pesquisas que visam desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro nesse setor, o registro de trabalhos acadêmicos relativos à Defesa Nacional aumentou significativamente nos últimos anos.

Por meio dos estabelecimentos de ensino, o Exército tem incrementado o número de parcerias com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a fim de fomentar o desenvolvimento de estudos e a criação de linhas de pesquisa voltadas aos temas de Defesa e Segurança Nacional. Esta aproximação Academia-Defesa é evidente em ações como o Sistema Defesa, Indústria e Academia de Inovação (SisDIA), nos programas de pós-graduação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, da Escola de Guerra Naval e da Escola Superior de Guerra, e na realização e participação de fóruns e seminários que debatem assuntos de segurança e defesa com a presença acadêmica.

Historicamente, as Forças Armadas sempre estiveram presentes nos episódios mais marcantes da caminhada em busca do desenvolvimento e da democracia no Brasil. Atualmente, o constante emprego das tropas do Exército tem gerado discussões e profundos debates sobre as suas atuações e as

condições de emprego, junto aos membros da Comunidade Acadêmica. Ferreira (2016) considera necessária a modernização de equipamentos para o melhor cumprimento das missões constitucionais, sobretudo de defesa da pátria, defendendo o “aumento do poderio militar para que o país não esteja vulnerável a ameaças”.

Segundo Visentini (2018), há a necessidade de uma preparação qualificada do pessoal, no sentido de que o militar deva compreender a realidade, isto é, como o mundo e as forças políticas funcionam. Hirata (2015) afirma que o protagonismo das Forças Armadas, em particular do Exército, é evidente quando ocorre o emprego integrado de diversos órgãos e agências, tratando a Instituição como “líder” durante a coordenação das atividades. Ele, ainda, chama atenção para as operações na faixa de fronteira, nas quais esta liderança fica ainda mais evidente.

Oliveira (2016) afirma que as atividades de manutenção da paz em território estrangeiro tornaram-se mais evidentes com a atuação das tropas do Exército no Haiti, embora haja críticas de alguns estudiosos, em virtude da situação interna brasileira e dos gastos gerados com essas atividades. Por outro lado, verifica-se que muitos pesquisadores da área de Relações Internacionais reiteram a importância das missões de paz para a projeção internacional do Brasil.

Para D’Araújo (2009), as lideranças do Exército atualmente

têm uma ideia de profissionalismo muito mais forte e não têm um projeto político, são servidores do Estado e obedecem ao governo democrático de direito e à Constituição.

Em 2018, diante da situação da Intervenção Federal no Rio de Janeiro e das operações de garantia da lei e da ordem (GLO), D’Araújo (2018) reitera que o Exército não quer poder e que os militares poderão pagar um preço alto por estar à frente da segurança do Rio, caso a intervenção fracasse, e vê o protagonismo como circunstancial.

Ademais, atualmente ocorre a utilização do Exército para políticas sociais, como saúde, educação e infraestrutura. Além disso, as “missões humanitárias” estão presentes, sobretudo “quando a sociedade está em risco”. (D’ARAÚJO, 2009).

Destarte, conclui-se que a integração entre Academia e Defesa é cada vez mais evidente. Neste sentido, a visão acadêmica sobre o papel do Exército no cumprimento de suas missões ganha relevância. A existência de programas na área de defesa que motivem os acadêmicos permite a aquisição de conhecimentos e a consequente qualificação profissional, além da interação entre militares e acadêmicos, favorecendo maior troca de conhecimento.

Cabe ressaltar que, na visão acadêmica, o Exército atua na defesa da pátria, em ações subsidiárias, com outras agências, em operações sob a égide da Organização das Nações Unidas, em operações de GLO, em apoio ao desenvolvimento nacional e nas ações cívico-sociais, atuando com liderança na coordenação das operações com outras agências, pela capacidade de seus militares e sua estrutura hierarquizada. No entanto, nota-se que alguns acadêmicos destacam a necessidade de se prover ao Exército e às outras forças melhores equipamentos e armamentos para o cumprimento de suas missões constitucionais.

Por fim, a Academia, representada por alguns acadêmicos, reitera as vertentes do Exército, como o “Braço Forte” e a “Mão Amiga”, o que requer um preparo adequado da Força para atender às demandas nas melhores condições.

Considerações finais

O Ministério da Defesa, o Ministério de Relações Exteriores, a Sociedade e a Comunidade Acadêmica apresentam visões diferenciadas sobre o papel do Exército, mas que convergem para a necessidade do preparo da Força para a consecução das missões estabelecidas, de acordo com a forma de atuação.

A reflexão da visão do Ministério da Defesa sobre o papel do Exército é de suma importância porque retrata como é fundamental a sua participação na consecução dos objetivos nacionais de defesa e estratégicos, os quais exigem tropas com o preparo adequado e capacitada para a defesa da pátria e para as operações de manutenção da paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas, atuando em conjunto com as demais forças singulares.

A contribuição com a política externa norteia a projeção internacional do Brasil como força militar capaz de dissuadir ameaças no seu entorno estratégico. Neste contexto, o Ministério de Relações Exteriores enfatiza a participação das tropas do Exército Brasileiro em operações combinadas, exercícios militares, operações de paz e intercâmbios, os quais contribuem para se aprimorar o adestramento das tropas, com base no preparo realizado.

A visão da sociedade brasileira apresentou uma análise de pesquisas realizadas com base nas ações do Exército Brasileiro em território nacional, em especial nas operações de garantia da lei e da ordem e nas atribuições subsidiárias, as quais retratam a importância do papel do Exército, ressaltando a sua liderança e o seu protagonismo, evidenciados no índice de credibilidade das Forças Armadas perante a Sociedade.

Alguns acadêmicos destacaram a participação do Exército Brasileiro em missões de paz, em operações de garantia da lei e da ordem, no apoio à Intervenção Federal, e no combate aos crimes transfronteiriços na faixa de fronteira, ressaltando a necessidade da aquisição de equipamentos e armamentos adequados e da preparação da tropa da melhor forma possível. Isto reforça a necessidade de adequação do atual Sistema de Preparo da Força Terrestre para atender às demandas existentes, de acordo com as características das operações e do ambiente operacional.

Ademais, nota-se que a Comunidade Acadêmica é um ator importante para o preparo da Força Terrestre. Os intercâmbios com este segmento permitem que o Exército, também, divulgue suas atividades e sua cultura organizacional, conscientizando professores e alunos sobre a importância desta Instituição, e contribua na elaboração de projetos de pesquisa na área de defesa, que podem favorecer o desenvolvimento de equipamentos, teorias e tecnologias para a geração de novas capacidades na Força.

Por fim, a visão dos atores supra-mencionados sobre o papel do Exército

Brasileiro ratifica que a Força deverá estar sempre pronta e preparada para cumprir as diversas missões constitucionais que lhe são atribuídas, tais como operações de defesa da pátria, operações de garantia da lei e da ordem, operações de garantia de apuração e votação, operações na faixa de fronteira, operações de paz e atribuições subsidiárias, entre outras operações de coordenação e co-operação com agências.

E que, considerando as demandas e expectativas dos atores, anteriormente citados, e a indispensável racionalização do emprego dos recursos disponíveis, o Exército Brasileiro pode adequar o seu Sistema de Preparo “vocacionando” suas organizações militares para o emprego específico em suas áreas de responsabilidade, sem deixar de atender a seus objetivos estratégicos e as suas missões constitucionais. 🌐

Referências

ALSINA JUNIOR, J.P.S. **O poder militar como instrumento da política externa contemporânea**. Revista Brasileira de Política Internacional. Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p.173-191, 2009.

BELESSA, M. **Militares e acadêmicos debatem a defesa do Brasil**. Painel realizado na Universidade de São Paulo (Instituto de Estudos Avançados). São Paulo, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional originalmente publicado no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 29 de agosto de 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 e atualizada em 2012. Brasília, DF, 2012a.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 e atualizada em 2012. Brasília, DF, 2012b.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Disponível em <www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbndn.pdf>. Brasília, 2012c.

BRASIL. Exército. **EB20-C-07.001 Catálogo de Capacidades do Exército 2015 - 2035**. Brasília, 2015a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 35-G-01 Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília, DF, 2015b.

BRASIL. Exército. **Concepção Estratégica do Exército**. Estado-Maior do Exército, Brasília, 2017a.

BRASIL. Exército, **Plano Estratégico do Exército 2016-2019**. Estado-Maior do Exército, Brasília, 2017b.

BRASIL. Exército Brasileiro. **EB70-MC-10.223 Operações**. 5. ed. Brasília, DF, 2017c.

BRASIL. **Escritório de Projetos do Exército Brasileiro (EPEX)**, 2018. Disponível em: <www.epex.eb.mil.br/index.php/texto-explicativo>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (RISE)**. Aprovado por meio da Portaria Nr 212, de 30 de abril de 2008, do Ministro de Relações Exteriores. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/images/RISE.pdf>. Acesso em 05 de setembro de 2018.

D'ARAÚJO, M.C. **O papel das Forças Armadas no Brasil e na América Latina. 2009**. Disponível em: <www.amaivos.uol.com.br/amaivos2015/?pg=noticias&cod_canal=41&cod_noticia=13821>. Acesso em 12 de abril de 2018.

D'ARAÚJO, M.C. **Forças Armadas não têm projeto de retomada do poder**. Entrevista ao Jornal O Estado, em 4 mar 2018. Disponível em: <www.politica.estadao.com.br/noticias/geral,forças-armadas-nao-tem-projeto-de-retomada-de-poder,700022128_50>. Acesso em 12 de abril de 2018.

FERREIRA, O. **Para que servem as Forças Armadas?**. Revista Superinteressante – História, 31 out 2016. Disponível em: <www.super.abril.com.br/historia/para-que-servem-as-forças-armadas/>. Acesso em 7 de abril de 2018.

FERREIRA, A.B.H. **Miniaurélio Século XXI Escolar**. 4 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HAMANN, E.P. **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Instituto Igarapé. Edição Especial, Jan 2015.

HAMANN, E.P.; TEIXEIRA, C.A.R. (Org.). A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. **Instituto Igarapé: a think and do tank**, v. Especial, p. 121, 2017

HIRATA, D. **Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do “Arco Norte”**. Ciência e Cultura. v.67, n. 2, São Paulo Abril/Junho 2015.

LIMA, M.R.S. e colab. **Atlas da Política Brasileira de Defesa**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO: Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

Ministério da Defesa. **Defesa e Academia**. Disponível em <www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia>. Acesso em 17 de março de 2018.

MOLINA, G.V. **O papel das Forças Armadas no Estado Democrático de Direito**. Disponível em: <gabivmolina.jusbrasil.com.br/artigos/328585886/o-papel-das-forças-armadas-no-estado-democratico-de-direito>. Acesso em 22 de março de 2018.

OLIVEIRA, E.R. **Para que servem as Forças Armadas?** Revista Superinteressante – História, 31 out 2016. Disponível em: <super.abril.com.br/historia/para-que-servem-as-forças-armadas/>. Acesso em 7 de abril de 2018.

PEREZ, A.P.S. **As Forças Armadas e a Sociedade**. Revista Eletrônica EBLOG do Exército Brasileiro. Setembro, 2018.

ROCHA, F.C.W. **Utilização das Forças Armadas no Policiamento das Fronteiras, da Costa Marítima e do Espaço Aéreo**. Revista Consultoria Legislativa, Rio de Janeiro, p. 1-19, outubro 2007.

VISENTINI, P.G.F. **Palestra proferida por ocasião do XVIII Ciclo de Estudos Estratégicos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)**. Rio de Janeiro, RJ. ECEME, 2018.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ BRASIL. Ministério da Defesa. MD 35-G-01 - Glossário das Forças Armadas. 5. ed. Brasília, DF, 2015b.

² O artigo foi escrito em 2018.